

A Missão Estrangeira no Rio da Prata (1851-53): A diplomacia brasileira em defesa do Império.

Saionara Gomes Ladeira*

Resumo: A assinatura dos Tratados de 1851 veio inaugurar uma tentativa definitiva e amistosa de solucionar as inquietações provocadas pelos conflitos entre o Império Brasileiro e as Repúblicas do Prata. A partir disso, foi necessário o envio para a região de Missões Diplomáticas (1851 -53) que deram início as negociações pela ratificação dos tratados.

Abstract: The signing of the Treaties of 1851 came to inaugurate a final and peaceful attempt to address the concerns caused by conflicts between the Brazilian Empire and the Republics of Silver. From there, it was necessary to send to the region Diplomatic Missions (1851 - 53) engaged in trading for the ratification of treaties.

Palavras-chave: Tratados de 1851 – Diplomacia – Ratificação

Key words: Treaties of 1851 - Diplomacy - Ratification

A guerra na Região do Prata entre o Império Brasileiro, a Confederação Argentina e a República Oriental do Uruguai se insere nas divergências existentes nessa região, desde o período colonial. Nossa análise se limitará em discutir as divergências no Cone sul após a incorporação da Província Cisplatina e o envio para a região da Missão Especial de Honório Hermeto Carneiro (1851-1853), que foi acompanhado por José Maria da Silva Paranhos, que atuou como seu secretário.

Após 1828 os gabinetes do Império se preocupavam em produzir uma série de levantamentos para a assinatura dos tratados com o Uruguai que colocassem fim a questão das fronteiras. A década que antecedeu a assinatura dos tratados, somente no período de 1844 a 1849, contou com o exercício de oito ministros que ocuparam o comando das questões estrangeiras.

A região platina no início da década de 1850 passou por conflitos decorrentes da década de 1840, que também foi conturbada para o Império Brasileiro, que até esta década era governado pelas regências, período de muita instabilidade política. “A regência falhava nos dois testes: a ordem fora constantemente quebrada, pondo em perigo a própria sobrevivência do país”. (CARVALHO, 1996:235);

* Mestranda do curso de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

3- O Império Brasileiro possuía uma política externa bem definida, em relação aos estados limítrofes, que se caracterizou por seguir três principais diretrizes:

Formatados: Marcadores e numeração

Preservação de nossas fronteiras contra as pretensões territoriais de nossos vizinhos: é a política do status quo territorial, conseqüentemente, a defesa dos limites; Defesa de nossa estabilidade política contra o espírito revolucionário, que perturbou nossa vida entre 1824 e 1850. Foi a obra anárquica, iniciada por Bernardo de Vasconcelos: interna e externamente, foi a política da intervenção contra os caudilhos platinos; defesa contra de um possível grupo hostil de países hispano-americanos, isto é, uma política de aproximação com os Estados Unidos, para não se manter o Brasil isolado na América. (RODRIGUES, 1995);

Na década de 1820, o Brasil já possuía diversos desentendimentos diplomáticos com o Governo Argentino. Um deles referia-se a Independência do Uruguai, que conseguiu sua emancipação em 1828¹ com a assinatura da Convenção Preliminar do Rio de Janeiro, que estabeleceu sua liberdade frente aos interesses de anexação brasileiros e argentinos. Após sua independência a Banda Oriental enviou ao Império a ata de reconhecimento de sua emancipação, já que necessitava de apoio contra as contínuas investidas da Argentina.

“A intervenção de Rosas na Guerra Civil Uruguia (1838-51), em apoio aos blancos contra os colorados, não era bem vista pelo Império do Brasil, que temia pela independência da República Oriental do Uruguai, país surgido após três anos de guerra (1825-28) entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro pela posse daquele território, até então chamado de Banda Oriental ou, pelos brasileiros, de Província Cisplatina”. (DORATIOTO, 2002:26);

Os conflitos entre Juan Manuel Rosas e a República Oriental ocorrem após sua chegada ao poder, como chefe político da província de Buenos Aires, quando passou a questionar os Tratados políticos que marcaram a independência uruguia com aspirações claras de anexar Montevidéu com o

¹ O Uruguai foi criado em 1828 e cumpriria a função, segundo lorde Posonby, representante do governo britânico no Prata, patrocinador da independência uruguia, de um algodão entre dois cristais, as Províncias Unidas do Rio da Prata e o Império do Brasil. DORATIOTO, F.F.M, **Maldita Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P. 45

objetivo de reconstruir o Vice-Reino do Prata. Outra discordância do governo argentino com Montevideu centrava-se na recepção de exilados políticos no Uruguai que passavam nas fronteiras fugindo das perseguições políticas de Rosas. No início da década de 1850, a guerra platina começou com o envolvimento da Banda Oriental do Uruguai, da Argentina e do Império Brasileiro.

Vários Ministros das Relações Exteriores Brasileiras sucederam-se entre 1844 e 1849 na tentativa de conciliar o Império Brasileiro com o Governo de Rosas. A diplomacia buscou o apaziguamento a favor da Independência do Uruguai, controlado pelo interventor Oribe, aliado de Rosas. Marquês de Olinda, chefe do Gabinete Conservador, Ministro das Relações Exteriores, tentou vários acordos com o diplomata General Guido, que se tornou representante dos negócios estrangeiros de seu país no Império Brasileiro. Durante sua permanência no Brasil, não demonstrou interesse em conciliar e converter um entendimento que contemplasse os dois governos. Durante sua permanência no Império, seguiu as ordens expressas de Juan Manuel Rosas, para não ceder em qualquer acordo.

“A nossa questão com o Oribe, aliado do ditador de Buenos Aires, é uma questão de segurança para o presente e para todo o sempre; é uma questão de progresso e civilização para nós, para nossos vizinhos, para a humanidade em geral. Que brasileiro, sem estar possuído de um fanatismo que me custa a compreender seja possível, se atreverá a contrariar o governo de seu país em empenho tão sagrado”.
(GOLIN, 2004: 15);

Durante a guerra, o Império Brasileiro apoiou Montevideu, por inúmeros motivos, que devem ser enumerados. (VIEIRA, 1992: 100-110) Inicialmente a falta de entendimento com a Argentina e até mesmo com o Uruguai em relação a livre navegação nos rios que permitiam acesso ao Mato Grosso; os vários esforços de Juan Manuel Rosas e Manuel Oribe para separar do Império do Brasil a Província do Rio Grande de São Pedro, tais como: os auxílios que prestaram à intitulada República de Piratini (1835-1845); os continuados assassinatos, roubos, extorsões e violências praticados contra os súditos brasileiros na Banda Oriental e na fronteira; a linguagem arrogante e muitas vezes injuriosa em que se dirigiam aos representantes do Império; as

provocações e insultos da imprensa de Buenos Aires. Tudo isto parecia tornar inevitável um rompimento com o Governo Imperial, que passava por dificuldades internas, ocasionadas pela instabilidade do período regencial e a transição para o Segundo Reinado.

“No sonho de restaurar o Vice-reinado do Prata, João Manuel Rosas, o ditador da Confederação Argentina (1829-52) e seu aliado Manoel Oribe, presidente do Uruguai (1835) procuraram cortejar os revolucionários da Farrroupilha (1835-45), pleitearam a reconquista dos povos das missões, o domínio do Uruguai e a submissão do Paraguai”. (RODRIGUES, 1995: 155);

A interferência do Império do Brasil na região platina também dizia respeito às fugas de escravos² pela fronteira do Rio Grande de São Pedro para os outros Estados limites, algo que já demonstrava a fragilidade frente ao controle desta Província, que se levantou contra o Império do Brasil durante a Revolta Farrroupilha (1835-1845), período em que o General Oribe, presidente do Uruguai e Manuel Rosas presidente da Argentina apóiam os farrapos na revolução separatista, colocando em jogo o equilíbrio no Prata, a propriedade brasileira sob seus escravos, a soberania do Estado Brasileiro e a própria geopolítica na região de fronteiras.

O reconhecimento da independência Uruguaia dependia da deposição do General Oribe, que tinha apoio das tropas argentinas para se manter no poder na República do Uruguai. O Brasil financia a resistência a Oribe e assina um Tratado de Aliança com as províncias argentinas de Entre - Rios e Corrientes, e com a Montevideú. As tropas brasileiras invadiram o Uruguai e depuseram o General Oribe, que fugiu em seguida para a Argentina.

Em 1851 é assinado o Tratado de Paz que tem como resolução a independência do Uruguai e a liberdade de navegação no estuário do Prata. Após a retirada de Oribe e assinados os tratados do fim de guerra, as tropas brasileiras invadem a Argentina depondo Juna Manuel Rosas em 3 de

² A presença de escravos fugitivos² no Uruguai é notada mais intensamente a partir da Revolução Farrroupilha (1835-1845), quando o General Oribe, presidente do Uruguai e Rosas presidente argentino apóiam os farrapos na revolução separatista, colocando em jogo o equilíbrio no Prata, a soberania do Estado Brasileiro a própria geopolítica na região de fronteiras.

fevereiro de 1852. O Império contou novamente com o apoio das províncias argentinas de Corrientos e Entre-rios.

As Missões Diplomáticas brasileiras enviadas a Republica Oriental do Uruguai, na década de 1850, procuraram um entendimento sobre: as fronteiras limítrofes com o Rio do Grande do Sul, a navegação no estuário do Prata e a extradição de criminosos e escravos. Estas questões permearam a assinatura dos Tratados de 1851, que foram assinados com o envio da Missão Especial do Marquês do Paraná, que finalizou as negociações com o Uruguai. Os tratados foram assinados na Província do Rio de Janeiro por Andrés Lamas, Ministro Residente do Uruguai, no Império, e os Plenipotenciários brasileiros Visconde de Abaeté e Marquês de Paraná. Ainda foram realizadas várias negociações diplomáticas na década de 1850 em relação a suas ratificações e cumprimentos.

O ministério conservador no início da década de 1850³, era representado na pasta dos Negócios Estrangeiros por Paulino José Soares de Souza que ficou responsável por reorganizar a política externa com o Prata “interligando ações da diplomacia com as das forças armadas”⁴. A diplomacia brasileira no Prata em meados do século XIX foi responsável pela assinatura dos Tratados de 1851 que inauguraram uma tentativa definitiva e amistosa de delimitação das fronteiras nacionais ao sul. Esses acordos diplomáticos foram mediados pela Missão Estrangeira de Honório Hermeto Carneiro, que convidou José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, para seu secretário no Rio da Prata que deu início a sua carreira diplomático. Segundo José Murilo de Carvalho, o Visconde do Rio Branco foi “o mais brilhante diplomata do império”. (CARVALHO, 1996: 15). O início de sua trajetória política e principalmente sua atuação diplomática no Rio da Prata será brevemente demonstrada.

José Maria da Silva Paranhos nasceu na cidade da Bahia a 16 de março de 1819. No início de fevereiro de 1836 chegou ao Rio de Janeiro, matriculando-se na Escola da Marinha aonde concluiu o curso, e foi promovido à Guarda Marinha. Em 20 de fevereiro de 1841 matriculou-se no curso da Escola Militar, sendo promovido dois anos depois a segundo Tenente do Corpo de Engenheiros. Neste mesmo ano é nomeado para a cadeira de

³ Segundo Doratioto, o partido conservador, que governava o Império no fim da década de 1840, implementou a política, para o Prata, de defesa da integridade territorial do Praguai e do Uruguai, evitando a ampliação da fronteira argentino-brasileira. DORATIOTO, F.F.M, **Maldita Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.28.

⁴ Porto, Costa. **O marquês de Olinda e o seu tempo**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Edusp 1985. Apud. Apud. GOLIN. T. **A Fronteira**. Os tratados de limites Brasil-Uruguai – Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata. Porto Alegre: L&PM, 2004.

Artilharia da Escola da Marinha e para professor de Matemática dessa escola, aonde também foi diretor.

Em 1849 era redator do jornal “Novo Tempo” na corte do Rio de Janeiro. Nos dois anos seguintes foi eleito Membro da Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro e, por carta imperial, Secretário de Governo da mesma província. Em 1847, Paranhos assumiu a Vice-presidência da província, devido aos problemas de saúde do Visconde de Sepetiba, estabelecendo uma série de instruções que regulamentaram o ensino primário e secundário na província do Rio de Janeiro. Assim, com apenas 28 anos já havia conquistado um nome como professor, jornalista, administrador e orador parlamentar.

Paranhos se afastou do Partido Liberal e passou a escrever para o Jornal do Commercio⁵, que publicava semanalmente artigos cuja série era denominada Cartas a um amigo ausente, que discutia política e modo de vida, principalmente na corte. A crise no Prata modificou a abordagem de seus artigos, que passaram a ser mesclados ao Facundo de Sarmiento, abordando a política externa do Uruguai, fortalecida no período pela nomeação de Honório Hermeto Leão para ministro Plenipotenciário.

“Com as ações concretas do gabinete e com a argumentação pública centrada no jornalismo de Paranhos, desencadeou-se a campanha em defesa de forma ofensiva contra Rosas”.⁶ Paranhos semanalmente se propiciava contrariamente a Rosas, seu posicionamento que propagava uma posição de muitos senadores de uma ação direta no Prata. “Pelos dados que ia revelando, semanalmente, ficava evidente que como jornalista, ele era a voz de uma articulação de interesses geopolíticos que se estendia desde a corte até à bacia do Prata.”⁷

⁵Segundo José Murilo de Carvalho, o Jornal do Commercio era uma folha independente. Ver :CARVALHO, J. M. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume – Dumará, 1996. p.43.

⁶ Os fragmentos das Cartas a uns amigos ausentes aqui reproduzidos são extraídos de Vieira, Hermes. **A vida e a época do Visconde do Rio Branco.** São Paulo: Quatro, 1991. Apud. Apud. GOLIN. T. **A Fronteira.** Os tratados de limites Brasil-Uruguai – Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata. Porto Alegre: L&PM, 2004. p.13.

⁷ Paranhos refere-se à contribuição de muitos brasileiros e especialmente rio-grandenses para a independência do Uruguai, a exemplo do Regime de Libertadores do Rio Grande, cujas ações foram narradas, no volume 1. Apud. Apud. GOLIN. T. **A Fronteira.** Os tratados de limites Brasil-Uruguai – Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata. Porto Alegre: L&PM, 2004. p.15.

No século XIX, as relações diplomáticas do Império com os estados platinos provocavam discussões não somente entre os diplomatas e intelectuais, mas compunha o imaginário político dos estados hispânicos que em torno de 1840 buscavam consolidar um ideal de autonomia política em defesa de seus territórios em formação, e de sua soberania estatal. Domingo Faustino Sarmiento se destacou na imprensa platina, nesse momento de agitação, por discutir a relação entre civilização e barbárie a partir de uma avaliação do comportamento político dos caudilhos platinos. Sua obra mais expressiva publicada na década de 1840 foi a biografia do caudilho argentino Facundo Quiroga, mas o pano de fundo dos argumentos do livro, são as críticas ao governo de Rosas. A obra foi escrita durante seu exílio no Chile e publicada com o título de “Facundo o Civilización y Barbárie”. Os jornais El Progreso e o El Nacional posteriormente publicaram sua obra. O primeiro o fez com publicação de 25 capítulos no folhetim. O segundo foi reeditado em Montevidéu. A publicação de Facundo também serviu de motivação ao Império Brasileiro que uniu as críticas da obra com outras formas de resistência para a luta a favor da deposição de Rosas. No exílio Sarmiento mostrava claramente sua postura de pensamento contrário, a Rosas a quem denominava tirano, o que fica claro nessa passagem do autor:

“Facundo não morreu: está vivo nas tradições populares, na política e nas revoluções argentinas; em Rosas, sem herdeiro, seu complemento – pois a alma de Facundo passou para este outro olde mais acabado, mais perfeito; e o que nela era só instinto, iniciação, tendência, converteu-se, em Rosas, em método, efeito e fim. A natureza campestre, colonial e bárbara, transformou-se, apresentando-se ao mundo como o modo de ser de um povo encarnado num homem que aspirou tomar ares de gênero capaz de dominar os acontecimentos, as pessoas e as coisas. Facundo, provinciano, bárbaro, valente, audaz, foi substituído por Rosas, filho da culta Buenos Aires, sem ser culto ele mesmo; por Rosas, falso, coração frio, espírito calculista, que faz o mal sem paixão e organiza lentamente o despotismo com toda a inteligência de um Maquiavel. Tirano sem rival hoje na terra, por que seus inimigos querem contestar-lhe o título de Grande, que lhe prodigalizam seus cortesãos? Pois grande e muito grande é, para a glória e vergonha de sua pátria; porque, se podê encontrar milhares de seres degradados que se atrelam ao seu carro para arrastá-lo por cima de cadáveres, também se encontram aos milhares as almas generosas que em quinze anos de lide sangrenta não desesperaram de vencer o mostro que nos propõe o enigma da organização política da República”.”

O posicionamento de Paranhos na imprensa era a favor de uma intervenção direta contra Rosas, mas o Império mantinha uma atitude cautelosa em suas relações com o Prata. O ministério temia que a guerra contra nossos vizinhos pudesse despertar o sentimento nacionalista tanto no Uruguai quanto na Argentina. O Brasil passa a articular várias alianças tanto na Argentina, com as províncias de Entre-Rios e Corrientes, quanto no Uruguai com o partido colorado.⁸

A Missão Diplomática de Honório Hermeto Carneiro foi responsável pela assinatura dos Tratados de 1851. A atuação do Visconde do Rio Branco no Rio da Prata foi o estopim para sua carreira diplomática, que foi comentada inclusive externamente. O general uruguaio Bartolomeu Mitre destacou em seu artigo no jornal “La nación”, a importância de Paranhos na região platina quando conseguiu negociar as alianças necessárias à derrota de Rosas.

“Mui jovem ainda veio Paranhos ao Rio da Prata no caráter de Secretário Plenipotenciário do Brasil, o Ministro Carneiro Leão, cuja política energética preparou a grande aliança que derrubou a tirania de Rosas em Monte Caseros. Paranhos foi a alma dessa missão e desde então tornou-se um homem identificado com as questões do Rio da Prata”⁹.

O Marquês do Paraná na carta dirigida ao eleitorado fluminense em 12 de novembro de 1852, demonstrou a importância da atuação de Paranhos, sua competência e conhecimento em relação a administração e finanças, durante sua participação como Secretário na Missão Especial no Prata. Nesta carta Honório Hermeto também demonstrou apoio à candidatura de Paranhos, para Deputado da Província do Rio de Janeiro, não só pela gratidão que tinha pelo mesmo, mas por acreditar que Paranhos reunia os atributos políticos necessários ao exercício do cargo.

⁸ Fleiuss, Max. História administrativa do Brasil. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1925. Apud. GOLIN. T. A **Fronteira**. Os tratados de limites Brasil-Uruguai – Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata. Porto Alegre: L&PM, 2004. p.16.

⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção Particular do Visconde do Rio Branco. Cópia datilografada da biografia do Visconde do Rio Branco, escrita pelo Barão do Rio Branco (encadernada). p.10. Pasta-339;

“... Confesso que sou grato ao Sr. ao Dr. Paranhos pela leal coadjuvação que me prestou durante a Missão Extraordinária que exerci no Rio da Prata porém asseguro-lhe que para apoiar sua presente candidatura não sou induzido meramente por esses motivos de gratidão... Sendo de ordinário em pequeno número os deputados que se acham habilitados com os conhecimentos da administração da marinha, guerra e finanças, o Dr. Paranhos distingui-se em todos esses ramos e a um grande talento e facilidade de escrever, reuni a aptidão do homem prático e experiente e conseguintemente poderá fazer bons serviços...”¹⁰

A Missão Diplomática no Prata como diplomata também foi destacada pelo Visconde do Uruguai em relatório apresentado ao Parlamento em 1853. Nesse pronunciamento fica ainda mais evidente a notoriedade conseguida com sua atuação no Prata como secretário e Ministro Residente no Uruguai.

“A importância de alguns negócios que se acham pendentes entre a Legação Imperial da República Oriental do Uruguay e o Governo Oriental, e que o Sr. Dr. Paranhos tem tratado desde sua origem, tendo delles o mais perfeito conhecimento; A maneira pela qual tem desempenhado suas funções com plena satisfação do Governo Imperial e (tenho motivos pra crer) também com o da República perante a qual esta acreditado justificam o pedido feito pelo Governo Imperial a Câmara do senhores Deputados do seu concentimento para que o dito Dr. Paranhos, eleito Deputado pelo Rio de Janeiro depois da sua nomeação para o cargo de Ministro Residente, o pudesse continuar a exercer”¹¹.

Vale ressaltar a importância de Paranhos como secretário no Prata, para a assinatura dos Tratados de 1851. Em 9 de abril de 1852, após o retorno de Paraná ao Brasil, é nomeado ministro residente no Uruguai. Em maio de 1852, ratificou os tratados de 1851, com algumas alterações. Essa ratificação exigiu uma ação diplomática minuciosa e pontual, já que o presidente Giró desde que assumiu a presidência uruguaia, argumentava que a assinatura dos Tratados de 1851 não era legítima por não ter sido aprovado pelo poder legislativo. Os diplomatas brasileiros chamavam atenção para o fato do acordo ter sido assinado pelas forças políticas que atuavam contra Oribe e que a ausência do Congresso era responsabilidade da

¹⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção Particular do Visconde do Rio Branco. Cópia datilografada da biografia do Visconde do Rio Branco, escrita pelo Barão do Rio Branco (encadernada). p.12. Pasta-339;

¹¹ Arquivo Histórico do Itamaraty. Coleção Particular do Visconde do Rio Branco. Cópia datilografada da biografia do Visconde do Rio Branco, escrita pelo Barão do Rio Branco (encadernada). p.13. Pasta-339;

longa guerra civil. Também conseguiu através do Acordo de abril de 1853, garantir a livre passagem de gado pelas fronteiras limites com o Uruguai, para que fosse cumprido o acordo estabelecido em 1851.

Bibliografia:

CARVALHO, J.M. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume – Dumará, 1996.

DORATIOTO, F.F.M. **Maldita Guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FLEIUSS, M. **História administrativa do Brasil.** 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

GOLIN, T. **A Fronteira.** Os tratados de limites Brasil-Uruguai – Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata. Porto Alegre: L&PM, 2004.

PORTO, C. **O marquês de Olinda e o seu tempo.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Edusp 1985.

RODRIGUES, José Honório & SEITENFUS, R.A.S. **Uma História Diplomática do Brasil — 1531-1945.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SARMIENTO, D.F. **Facundo: Civilización e barbárie no pampa argentino.** Traduzido de Aldyr Garcia Schlee. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

TYLOR, E. B. **Antropology.** New York: Macmilan, 1895.

VIEIRA, H. **A vida e a época do Visconde do Rio Branco.** São Paulo: Queroz, 1991.